

O CICLO DO LINHO NO CONCELHO DE PENAFIEL¹

ANA DOLORES LEAL ANILEIRO CITCEM

RESUMO Na presente comunicação proponho-me apresentar o estudo do Ciclo do Linho no Concelho de Penafiel, tema da dissertação realizada para conclusão do curso de Mestrado em Arqueologia (FLUP-2010).

Numa primeira fase observamos, em trabalho de campo, a remanescente produção artesanal do linho em Penafiel e no Vale do Sousa e problematizamos as tentativas históricas para a industrialização. Descrevemos o cultivo do linho enquanto atividade agrícola tradicional através de uma breve análise do seu ciclo anual, caracterizando o tipo de posse de terra e relação social que favoreceram a sua perduração.

Seguidamente, apresentamos o linho enquanto planta, as suas variedades, a escolha do terreno, preparação do campo para a sementeira, sistema de rega, monda, colheita e separação da semente (ripagem) que no ano seguinte permitirá recomeçar o ciclo. Obtida a matéria-prima, seguimos a preparação da fibra através do empoçamento ou curtimenta e maçagem do linho com maço e com o engenho. Aqui debruçamo-nos com maior atenção sobre estas importantes instalações, surgidas a partir da segunda metade do século XIX, e analisamos o procedimento da maçagem anterior, sem o uso da máquina. Contextualizamos a introdução do engenho e as suas vantagens, caracterizamos os de tração animal e os hidráulicos nas suas diferentes componentes e funcionamento, lembramos a arquitetura dos edifícios onde estão inseridos, as formas de propriedade e exploração, bem como o pagamento do serviço prestado.

A espadelagem, e a assedagem, ainda no âmbito da preparação da fibra, são as últimas etapas do processo realizadas em casa do lavrador.

Com a fição, executada em casa ou entregue fora, começa-se a fabricação do fio, que a tecedeira (de casa ou exterior) se encarregará de transformar em pano. Aprofundamos a parte do ciclo relativa à preparação da urdidura e montagem da teia no tear, bem como à fase de tecelagem, dando particular atenção às texturas e pontos para assim contribuímos para uma tipificação regional das produções.

PALAVRAS-CHAVE Ciclo do linho, ofício de tecedeira, cultura artesanal, engenhos de maçar o linho, pontos e texturas

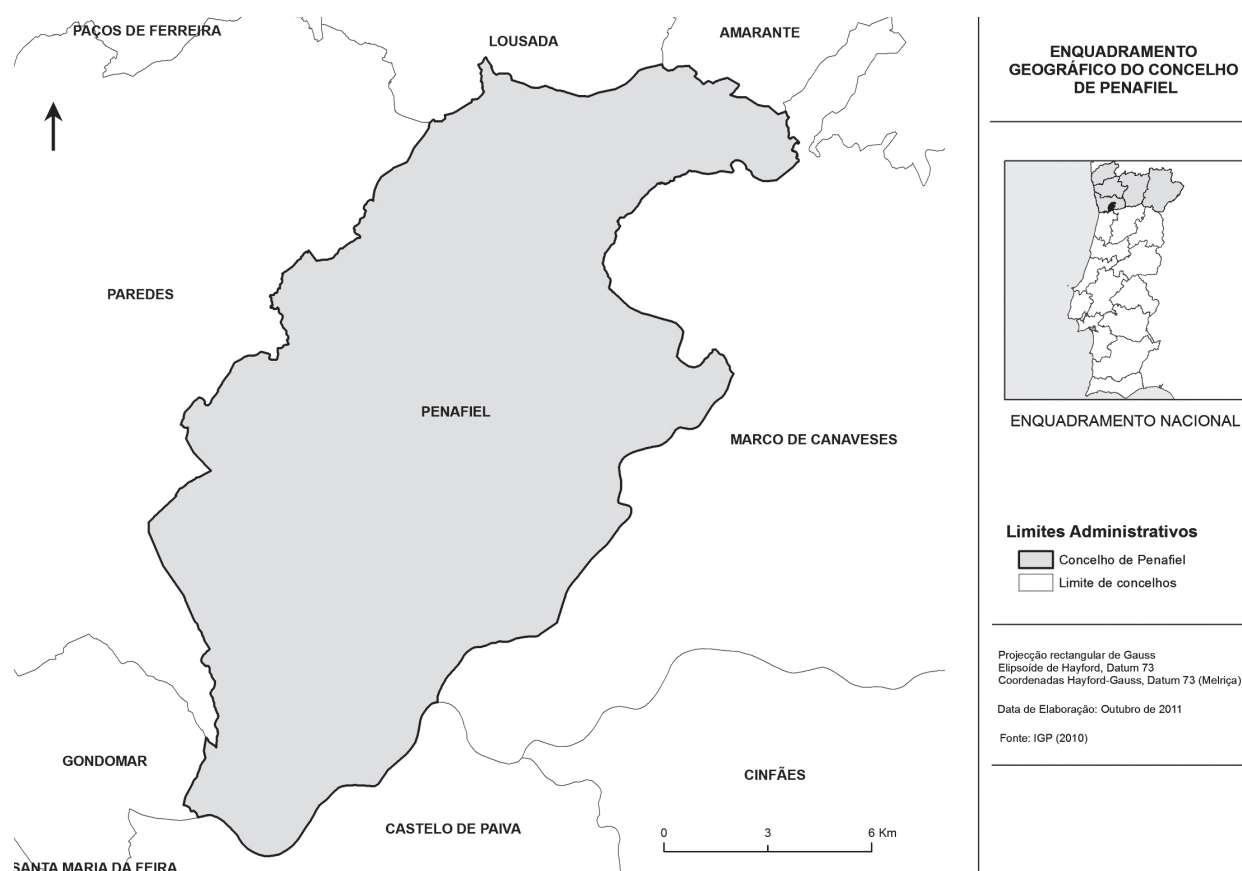
INTRODUÇÃO

O concelho de Penafiel localiza-se na região Norte do País, administrativamente é um dos municípios do Distrito do Porto. Os seus limites territoriais confinam com vários Municípios vizinhos: a Norte limita com o Município de Lousada, a Nordeste Amarante, a Este Marco de Canaveses, a Sul Castelo de Paiva e a Oeste Gondomar e Paredes. O Município está no eixo de ligação entre o litoral e o interior Transmontano, entre os rios Douro, Tâmega e Sousa, estando na parte central do Distrito do Porto. É composto por 38 freguesias, ocupando uma área de 212,2 Km².

A presença do linho no atual concelho de Penafiel remonta pelo menos à época romana (Soeiro, 2002, p. 341), estando documentado através de vestígios materiais, tais como os muitos cossoiros usados na tarefa de fição recolhidos, por exemplo, no castro do Monte

Mozinho (Galegos) são peças de cerâmica ou xisto, algumas vezes fragmentos de objetos reaproveitados, em forma de disco, com um orifício vazado ao centro onde encaixava a haste do fuso, correspondendo ao volante do fuso atual. Comuns são também os pesos de tear, na época romana feitos em cerâmica de pasta grosseira, por vezes de reaproveitamento de materiais de construção – fragmentos de *tégula*. Têm forma tronco-piramidal, com um orifício vazado, no sentido transversal, na parte superior. A sua função era sustentar cada grupo de fios da urdidura colocada nos teares verticais. Mais recentemente, na necrópole romana de Monteiras (Bustelo) foram recolhidos fragmentos de tecido de linho capturados na corrosão de objetos metálicos que acompanhavam o defunto, datados do baixo-império. Na época medieval, o linho é referenciado nas inquirições de 1258, onde raros são os casais da coroa em cujos encargos não entra, como

1. Este artigo sintetiza o estudo Ciclo do Linho no concelho de Penafiel, dissertação realizada para conclusão do curso de Mestrado em Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2010.



1. Enquadramento geográfico do Concelho de Penafiel.

pagamento do foro. É mencionado também nos direitos reais e portagens, bem como meio de pagamento na aquisição de terras, sob a forma de febra, contabilizada em mãos, ou tecido - o bragal e o lenço - para o qual a unidade de medida era a vara. Contabilizam um total de 709 varas de linho. No Foral Manuelino de 1519, referem-se 536,38 varas de bragal, 52 mãos e 8,5 alqueires de linho, confirmando que este cultivo estava grandemente difundido, servindo não só para pagamento dos tributos fiscais, como seguramente também para fazer face às necessidades da casa, sendo um têxtil largamente utilizado.

Em 1741, o lugar de Arrifana de Sousa é elevado à categoria de vila, adquirindo administração municipal própria e Juiz de Fora (Soeiro, 1994, p. 31). Ora esta nova administração municipal preocupou-se persistentemente com a regulamentação do exercício das profissões, estabelecendo de imediato que todas as pessoas que *exercitão officio com tendas suas, com logeas abertas as fechem em termo de quinze dias e não uzem mais dos tais ou dentro do mesmo tempo se examinem e tirem cartas* (AMPNF – A 4, 1741 e Soeiro, 2003-2004, p. 16) Na sequência desta deliberação fizeram-se regimentos de vários officios (AMPNF – A 4, 1741 e Soeiro, 2003-2004, p. 16) nomeadamente o das tecedeiras, logo no ano de 1742.

«Regimento das Tecedeiras

As tecedeiras desta Villa e seu termo que fizerem teias de panno de linho fino de marca que passe de setenta linhois se avira com o dono conforme o fio e coalidade delle que sendo athe setenta linhois levará a tecedeira por vara trinta reis 30 e sendo de setenta para baixo por vara vinte e cinco 25 De panno de lenços a vara a vinte reis 20 Como também a estopa fina a vinte reis por vara 20 As toalhas de olhos delgados de estopa por vara a corenta reis 40 e sendo groças a trinta reis 30 A estopa liza groça por vara a quinze reis 15 Averão as tecedeiras de merenda pello trabalho de urdir as teias por cada ramo de coatro varas sendo panno de linho quinze reis 15 e pella estopa des reis por ramo 10 reis» (AMPNF – A 4, 1742 e Soeiro, 2002, p. 343)

Através do Regimento dos Officios das Tecedeiras de 1742 apercebemo-nos de duas linhas de força da tecelagem setecentista: é uma profissão reconhecida e eminentemente feminina; havia necessidade de recorrer à tecelagem externa à casa, sendo necessário valer-se da mão de obra de profissionais. A regulamentação era necessária para *estabelecer uma relação de trabalho que*

protegesse as partes (Soeiro, 2002, p. 343).

A tecedeira fazia obra em linho e estopa lisos, mas também um trabalho mais elaborado, correspondendo ao que atualmente é conhecido entre as profissionais por *empeirado*, com texturas de *olhos delgados*.

Uma outra importante tarefa praticada pelas tecedeiras, conforme o regimento, era urdir teias para fora, serviço comparativamente bem remunerado, que necessitava de um grau de conhecimento superior, pois as mais especializadas iam urdir teias e montá-las nas casas das menos aptas ou de outras clientes, para que estes as tecessem. A montagem no tear implicava deslocação e necessariamente muitas horas de trabalho, por esse motivo está acautelada a merenda para além da remuneração. Relativamente aos outros preços, o valor do tecido em linho é superior ao da estopa, reduzindo-se sempre que a fibra é mais grosseira. A toalha de *olhos delgados* assume um valor superior ao tecido liso porque exige um *saber fazer* mais especializado, nomeadamente na forma de *empeirar* a teia no tear.

Dos vários regimentos de ofícios de Arrifana de Sousa, este é o único apenas abordado no feminino, e em que até a própria juíza é uma mulher (AMPNF – A 17), situação distinta da que ocorre noutros contextos mais urbanos, como Porto (Cruz, 1943) e Lisboa (Langhans, 1943) por exemplo, em que os oficiais, juízes e tecelões são mencionados no masculino, colocando-se embora a hipótese de aceitar as mulheres para praticar a profissão, podendo estas propor-se mesmo a exame (Langhans, 1943, p. 725).

Todos os regimentos de ofícios relativos à Vila de Arrifana de Sousa são, como este, apenas tabelas de preços e salários, bastante omissos relativamente ao acesso à profissão (Soeiro, 2003-2004, p. 18). Apesar destas limitações, o Regimento dos Ofícios das Tecedeiras de 1742 prevaleceu até 1801 (posteriormente à elevação da Vila de Arrifana de Sousa a Cidade de

Penafiel em 1770), altura em que houve necessidade de ajustar os preços, devido ao aumento do custo de vida que os fez duplicar (Soeiro, 2002, p. 343).

Em finais do século XIX, segundo o Inquérito Industrial de 1881 (Relatório apresentado ao Exc^o Snr Governador Civil do Districto do Porto pela Sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes, 1881, p. 44-45), o linho mantinha as formas tradicionais de produção artesanal, mas começava a observar-se alguma decadência. O concelho de Penafiel e o de Gondomar eram os únicos cuja manufatura do linho superava o auto consumo, visto que: *Os teares formam oficinas que tecem por conta propria vendendo os pannos e alimentando um commercio ainda relativamente importante, embora decadente* (Relatório apresentado ao Exc^o Snr Governador Civil do Districto do Porto pela Sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes, 1881, p. 44-45), com uma produção contabilizada entre as 3 a 4.000 teias ou peças de 19 a 20 metros e com um valor médio de 5\$000 reis. Segundo o mesmo relatório, este comércio abastecia as cidades do Porto e de Lisboa. No entanto, o fluxo que outrora se encaminhava para Espanha teria terminado há cerca de 10 a 15 anos (Relatório apresentado ao Exc^o Snr Governador Civil do Districto do Porto pela Sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes, 1881, p. 44-45).

Penafiel, diz o inquérito apresenta uma quantidade elevada dos novos engenhos de maçar o linho (entre 92-102), se comparada à dos concelhos vizinhos (Amarante, Baião, Lousada, Marco de Canaveses, Paredes e Santo Tirso). Situação semelhante acontece com os valores totais referentes aos teares em oficinas para tecelagem do linho (entre 400 a 500 teares), em que o concelho de Penafiel assume, mais uma vez, certa preponderância. No que concerne à contabilização dos teares domésticos, não são apresentados resultados para Penafiel.

QUADRO 1 – Inquérito industrial de 1881. Pequenas Indústrias nos Concelhos Rurais (Relatório 1881: 6-7)

| Industria/Concelho | | Amarante | Baião | Bouças | Vila Nova de Gaia | Gondomar | Felgueiras | Lousada | Maia | Marco de Canaveses | Paços de Ferreira | Paredes | Penafiel | Póvoa do Varzim | Santo Tirso | Valongo | Vila do Conde |
|--------------------|-------------------|----------|-------|--------|-------------------|----------|------------|---------|------|--------------------|-------------------|---------|----------|-----------------|-------------|---------|---------------|
| Linho | Engenhos de maçar | 7 | 4 | ? | ? | ? | ? | 9 | ? | 6-8 | ? | | 92-102 | ? | 18 | ? | ? |
| | Teares em oficina | | | | | | | | 8 | | | | 400-500 | | | | |
| | Teares domésticos | 202 | 50-60 | ? | ? | 200 | 100 | 100 | ? | 20-30 | 150 | ? | ? | ? | ? | ? | ? |

Os delegados de Penafiel não responderam ao Inquérito Industrial de 1890, alegando que os boletins foram distribuídos, mas não foram preenchidos pelo facto dos proprietários não saberem ler e que *toda a indústria se exerce em diminutíssima escala e com o auxílio de pequeno número de operários* (Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1891, p. 679), numa altura em que o Porto e Guimarães, tendo sido este último desde sempre considerado um centro linheiro (Alves, 2002, p. 4), veem a indústria de algodão ultrapassar a de linho, o que fez *recuar claramente a produção tradicional* (Alves, 2002, p. 62).

Nos anos 40 do século XX, houve em Portugal o interesse de fazer o estudo das possibilidades do fomento da cultura do linho e da consequente transformação industrial (Graça, 1943), com o intuito de tentar travar a importação do algodão (atitude semelhante à protagonizada na Espanha de Franco e na Itália de Mussolini) e de valorizar os recursos nacionais (Alves, 2002, p. 9). Para este efeito, foram efetuados inquéritos sobre a cultura do linho, que permitiram identificar os principais centros de produtores do país, com a finalidade de construir, em cada um deles, centrais de maceração e preparação do linho.

Através destes exaustivos inquéritos conseguimos apurar os dados de melhor qualidade relativos ao concelho de Penafiel. Na época, das 37 freguesias contabilizadas², 31 responderam ao inquérito e destas 30 semeavam linho, perfazendo um total de 121,46ha de área cultivada. Em 16 freguesias preferia-se a variedade de linho de primavera e em 4 as de primavera e outono. Para 19 das 30 freguesias este cultivo era sobretudo importante sobretudo para alimentar a produção artesanal.

O inquérito contabilizou ainda 256 teares no concelho de Penafiel (Graça, 1943, p. 49) (destacado no mapa com um círculo) que nos surge como uma das zonas de maior produção, juntamente com Amarante e Barcelos. Como resultado deste estudo, orientado para o objetivo de fazer ressurgir a produção de linho, mas de forma industrializada, o governo viabilizou o projeto da Empresa Fabril do Norte, estrategicamente localizada na Senhora da Hora (Matosinhos), zona na época, de interface rural. Para implementação de um sistema de produção de linho rentável, a empresa disponibilizava ao agricultor a semente, o aconselhamento e a supervisão de técnicos para os trabalhos de sementeira, adubação, mondas, regas e colheitas.

Apesar de Penafiel apresentar no inquérito resultados animadores e de existir aqui, inicialmente, um posto

de receção que servia para distribuir a semente pelos agricultores (Cordeiro, 2008, p. 41), neste concelho a participação no cultivo de linho para a Empresa Fabril do Norte foi ínfima, ocorrendo apenas no ano de 1950, e com o reduzidíssimo número de 2 lavradores (Empresa Fabril do Norte, 1951).

As áreas em que os agricultores mais participaram foram as que Flávio Martins apontara como favoritas, litoral do Minho (Martins, 1950) – *corda litoral contígua ao Porto* (Cordeiro, 2008, p. 58) – principalmente os concelhos de Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Famalicão e, com menos expressão, Barcelos, Esposende, Gaia, Gondomar, Maia, Matosinhos, Santo Tirso e Viana do Castelo (Relatórios anuais Empresa Fabril do Norte, campanha entre 1944 e 1973). A preferência por esta região levou à instalação da central de maceração na Trofa, que beneficiava de uma ótima localização estratégica em relação à zona preferencial e de boa acessibilidade por via-férrea.

ZONAS DE CULTURA DE LINHO SEGUNDO O INQUÉRITO



2. Zonas de cultura do linho segundo o inquérito de 1940 in GRACÇA (1943), p. 35 (destacado com um círculo está a área que corresponde sensivelmente ao concelho de Penafiel).

2. O concelho de Penafiel está hoje dividido em 38 freguesias, mas a 38.^a - Rio Mau - apenas foi separada de Sebolido em 1984.

A produção em Penafiel permaneceu pois assente nas bases tradicionais, processo longo e oneroso que, embora em decadência, se manteve até ao século XX em certas casas agrícolas onde se confeccionava vestuário, toalhas, lençóis e todo o bragal que constituía o enxoval, uma relíquia cuidadosamente fechada em arcas, considerada um valor da casa.

Os procedimentos do ciclo do linho eram maioritariamente femininos, uns efetuados por todas as mulheres do núcleo familiar, incluindo crianças e idosas, outros mais especializados como a preparação da urdidura (para a montagem no tear), sendo apenas efetuada por pessoa experiente, ou mesmo tecedeira contratada.

No que diz respeito à posse de terra no concelho de Penafiel, verifica-se um número de explorações arrendadas muito elevado comparativamente com o resto do país (Pinto, 2008, p. 135), pois a propriedade encontrava-se limitada a um pequeno grupo de detentores, de acordo com os dados do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 1952-54. O arrendamento (fixo – 45% – ou em parceria – 6%) era a forma de exploração agrícola mais comum (Pinto, 2008, p. 141), existindo 40% de terras em exploração por conta própria. No terceiro quartel do século XX, regista-se uma gradual redução do arrendamento e um aumento da exploração por conta própria (Pinto, 2008, p. 141). A partir dos finais da década de 60, dá-se o abandono por parte dos caseiros, que entregam as terras aos senhores e passam a incorporar outras profissões ligadas ao setor secundário e terciário.

O declínio da produção do linho está, numa primeira fase associado à introdução do processo de industrialização do algodão, mas outros fatores contribuíram para o seu desaparecimento no meio rural, nomeadamente a *mudança ocorrida na estrutura doméstica rural* (Oliveira; Galhano e Pereira, 1983, p. 22), e no sistema de trabalho da terra com o desaparecimento da exploração entregue pelos grandes proprietários a caseiros, o que libertou estes últimos da obrigação de cultivar determinados produtos por estarem incluídos na renda a entregar, como sucedia com metade do linho colhido.

Nos anos 60, com a aceleração do abandono das explorações arrendadas e com a incorporação dos anteriores caseiros em atividades profissionais assalariadas de que resultou maior circulação de dinheiro, o camponês permite-se adquirir produtos têxteis industriais, que afluíam ao comércio local a preço muito atrativo face ao custo da produção doméstica, às horas e mão de obra despendidas no exigente ciclo do linho, o que resultou no abandono desta cultura agrícola e na drástica redução da atividade artesanal que lhe estava associada.

Hoje, o linho é cultivado por raras famílias ligadas ao

artesanato ou apenas para recreações levadas a cabo por associações e grupos folclóricos. Detetamos algumas inovações técnicas como, por exemplo, a substituição do carro de bois pelo trator, na fase de preparação do terreno para a sementeira. Mas foi sobretudo o enquadramento sociocultural que mudou.

Para a realização da investigação acompanhamos todo o ciclo agrícola do linho, enquanto atividade agrícola tradicional, desde a preparação do terreno para a sementeira e abertura do sistema de rega, até à colheita, por forma a registar o *saber fazer* dos lavradores e as maneiras como vivenciaram esta realidade, numa altura crucial para o registo, caso contrário poder-se-iam perder irremediavelmente.

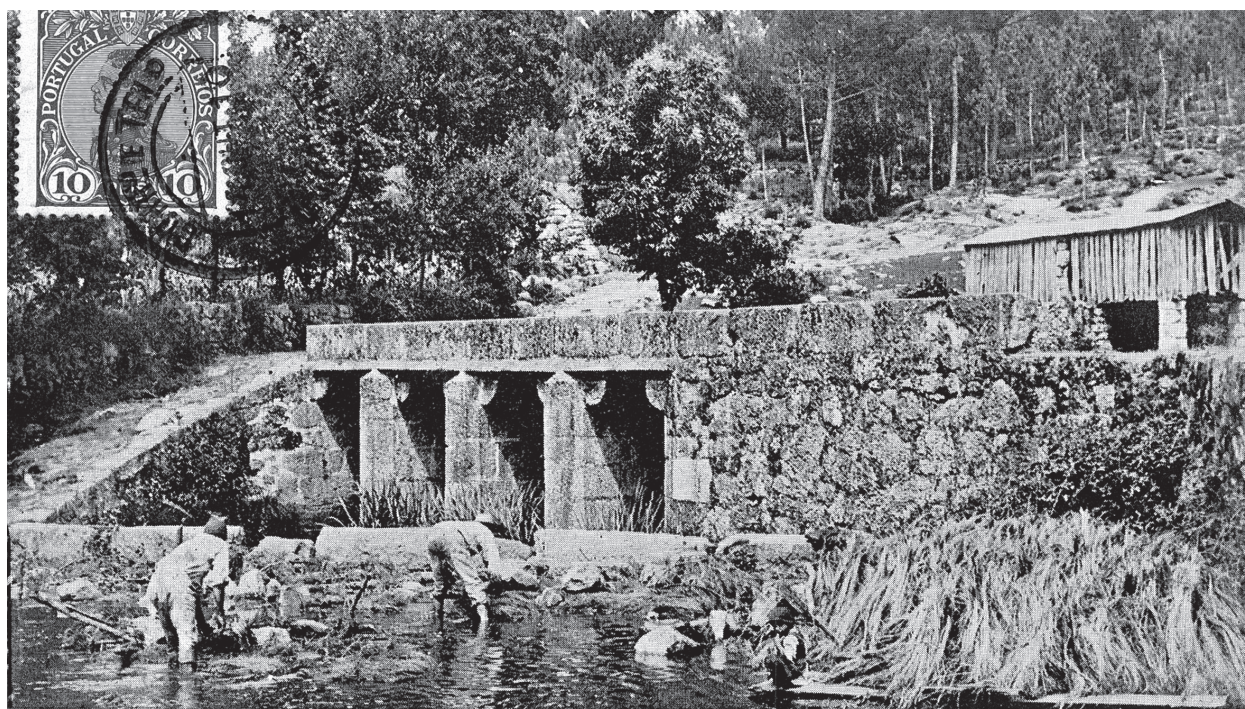
As variedades do linho semeadas no concelho de Penafiel eram: linho coimbrão, linho galego e linho mourisco, sendo este último de inverno, o menos utilizado. A variedade de linho galego foi a mais produzida. Para a sementeira fazia-se, desde a Idade Média uma escolha dos melhores terrenos, fundos e mais irrigados, sendo designados na documentação do Entre-Douro-e-Minho como *agras*, *vessadas* e *linhares* (Almeida, 1988, p. 65-68 e *Portugaliae Monumenta Historica Inquisitiones*, 1888, p. 577-608). A escolha seria ainda mais imperativa em Penafiel, pelo tipo de linho mais produzido, o galego necessitar de terrenos de superior qualidade.



3. Arranque do linho, 2 meses e 12 dias depois da sementeira (Lousada, julho de 2009).

Existem, atualmente, variedades melhoradas, que resultam numa fibra maior. No entanto, esta não se proporciona a ser fiada na roca, ou seja, não se adequa ao trabalho artesanal e portanto a inovação não chegou a ter expressão no concelho de Penafiel.

A fase de tratamento da fibra mantém-se segundo os métodos tradicionais, em que o linho é enlagoado num ribeiro ou tanque de água corrente que, pelas substâncias libertadas pode ser nociva aos peixes e ao próprio gado que dela beber, o que fez com que os sítios



Arredores da Estancia das Aguas d'Entre-os-Rios

SIMILI-GRAVURA DE MARQUES ABREU

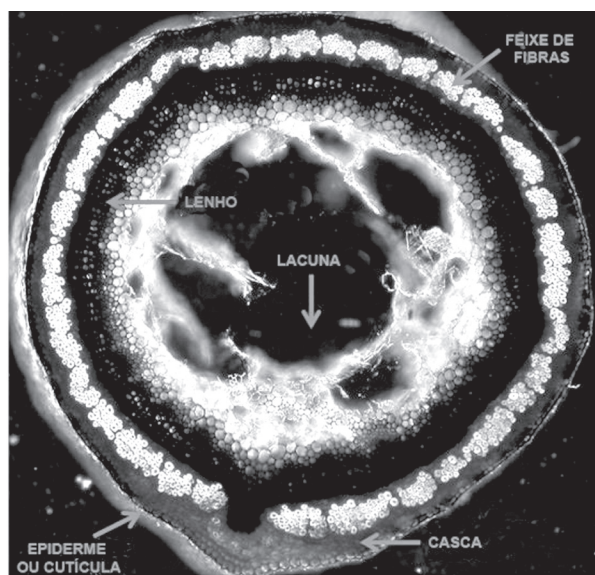
4. Enlagamento e secagem do linho em Entre-os-Rios (nos arredores da instância termal de Entre-os-Rios), Penafiel. Bilhete-postal ilustrado Union Postale Universelle Águas d'Entre-os-Rios Grand Hotel da Torre, circ. 1910.

escolhidos para se proceder a este tratamento fossem definidos e largamente conhecidos entre as populações, sendo que ainda hoje é muito frequente o topónimo *poço do linho*.

Apresentamos um corte transversal do caule da planta do linho, onde é possível localizar os feixes de fibra presentes na zona periférica. Através da imersão na água separam-se da componente lenhosa, devido a um processo fermentativo realizado pela flora microbiana que existe na *palha* do linho e se desenvolve com

a humidade, levando os elementos lenhosos a fragmentar-se (Oliveira e Galhano, 1978, p. 41) através da diluição da substância gomosa, a pectina.

Quanto à preparação da fibra, a maçagem, ou seja partir e moer o que resta da componente lenhosa, era realizada com o maço, a única forma de processar o linho anterior ao primeiro quartel do século XIX (Soeiro, 1993, p. 940). Esta operação era precedida pela malha do linho na eira a mangual, seguindo-se um segundo enlagamento, e nova secagem. Só depois se procedia a maçagem com a utilização de um maço.



5. Corte de um caule da planta do linho, observado a microscópio. <http://fr.wikipedia.org/wiki/Lin_cultivé>



6. Maço (MMPNF/1993/1070).

A partir do primeiro quartel do século XIX, com a introdução do engenho de maçar abrevia-se o processo de maçagem. Passou a efetuar-se um único enlagemento do linho, posteriormente estendido na eira para aquecer ao sol e ser batido com o mangual, e de seguida encaminhado para o engenho. O investimento feito pela casa agrícola nesta nova máquina precisou de ser protegido, obrigando a pensar em espaços próprios para a instalar, se fosse fixa, ou em anexos para albergar as peças desmontadas. Referimo-nos à arquitetura do linho, porque estes engenhos de maçar o linho constituem a única edificação própria dentro do ciclo do linho.

A introdução do engenho em meados do século XIX é considerada por alguns autores como o passo mais significativo relacionado com a tecnologia tradicional do linho, tornando-a mais rentável. Necessitava-se do engenho, do “engenheiro” e do recurso à força motriz, hidráulica ou animal (Oliveira e Galhano, 1978, p. 44). Por isso vemos os primeiros localizados junto dos rios de maior caudal, como instalações temporárias, montadas no verão e retiradas no início do inverno. O que restava destes engenhos como dos moinhos no início do inverno, ou seja, “os vestígios arqueológicos”, correspondiam à estruturada parede/açude e à base em pedra, suporte da máquina e fruste barraca que a cobria³. Os engenhos de tração animal pertenciam a grandes proprietários de terra (Oliveira e Galhano, 1978, p. 54), ocupavam muitas vezes uma edificação própria, construída em pedra, geralmente de planta octogonal e com telhado alto em forma de pirâmide, apoiado em grandes esteios (geralmente 8). O mecanismo de trituração é muito semelhante, nas duas situações apresentando discrepâncias mais significativas apenas no que concerne ao mecanismo motor. Ambos eram construídos por carpinteiros locais (Soeiro, 1993, p. 677), com alguma experiência neste tipo de trabalho, e que anualmente os montavam e afinavam.

Quando o serviço da maçagem do linho não era executado pelo proprietário, o pagamento pelo serviço do “engenheiro” era feito mais frequentemente sob a forma de maquia, correspondendo à décima parte ou à décima segunda parte do que moía. Também podia ser pago ao dia, ao meio-dia ou ainda à hora (Aurora, 1935, p. 24).

Todos os engenhos encontram-se atualmente desativados e em risco de perda. O tipo de arquitetura que os abriga é muito vulnerável, como comprova a perda, num dia de temporal do inverno de 2011 da singular construção que abrigava o engenho de Mesão Frio



7. Edifício do engenho de maçar o linho de Mesão Frio, Valpedre.



8. Engenho de moer o linho de Mesão Frio, Valpedre.



9. Engenho de maçar o linho temporário do rio Tâmega in Oliveira, Galhano (1978), p. 196.

3. Todos os moinhos e engenhos do rio Tâmega ficaram submersos na albufeira da barragem do Torrão (inaugurada em 1989).

(freguesia de Valpedre, Penafiel) tantas vezes reproduzido nas obras sobre arquitetura tradicional.

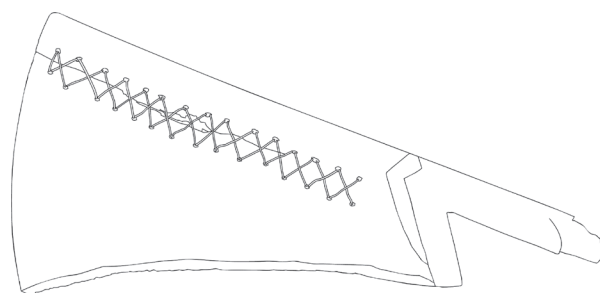
Dado que o ofício do linho se encontra quase abandonado, mas mantém grande peso na identidade e imaginário regional, sendo por isso frequentemente musealizado, realizamos o inventário das alfaias relacionado com este ciclo existentes na coleção do Museu Municipal de Penafiel, bem como de algumas peças de coleções privadas que consideramos necessárias completar para uma visão de conjunto. Foi paralelamente documentado em imagem o ciclo do linho, desde a sementeira ao tear, ou seja da atividade agrícola até às tarefas mais especializadas, levada a cabo pela tecedeira, para melhor compreensão do uso dos objetos e do próprio processo.



10. Espadelada (MMPNF, Foto Antony).



11. Espadeladouro (MMPNF/1993/6661) esc. 1:11.



12. Espadela esc.1:9 (MMPNF/1993/1066).

Aprofundamos também os passos relativos à preparação da urdidura e montagem da teia no tear, bem como à tecelagem. Damos particular atenção a texturas e pontos executados no tear, registando gestos e a formas de execução, para assim contribuirmos para uma tipificação regional das produções, sem esquecer o vocabulário das profissionais para cada textura ou ponto. Verificamos que há texturas preferidas para cada tipo de têxtil, por exemplo os pontos ou texturas puxados são frequentes nas colchas, mas já os *aparanchados* são mais aplicados em toalha de rosto ou de mesa.

Os pontos ou texturas podem variar de acordo com a forma com que os fios da teia são colocados nos liços durante a montagem da teia no tear. Os liços são compostos por fios por onde passam as séries da urdidura, uma em cada liceira, e estão localizados no tear entre o órgão da urdidura (que contém a teia enrolada) e o órgão do tear (que contém enrolado o trabalho tecido). A tecedeira poderá *aparanchar* ou *empeirar* de diferentes formas, de acordo com o tipo de texturas ou pontos que pretende conferir ao seu trabalho. Ao pano liso corresponde uma forma mais simples de *aparanchar* ou *empeirar*, que é normalmente utilizada nas toalhas.

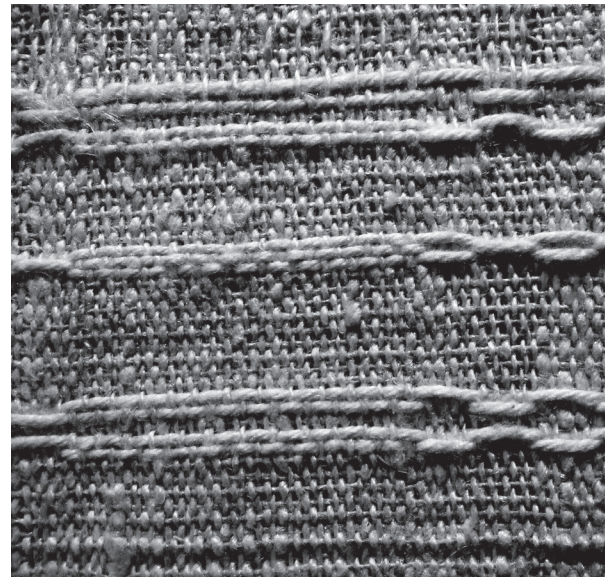
No caso dos pontos (ou texturas) puxados, aqui designados por tapulhos, também são feitos com esta montagem da urdidura do tear na forma mais simples. A efetivação do ponto ocorre depois da passagem da lançadeira e antes da batida com o pente, puxando-se a laça ou tapulhos com o gancho dos tapulhos, segundo o motivo decorativo anteriormente idealizado pela tecedeira e transposto para o desenho em papel quadriculado. Assim se obtêm diversos motivos decorativos: geométricos (losangos, círculos triângulos, quadrados, espirais, espinha, ziguezague), florais estilizados (rosas, cravos, tulipas, lírios, flor-de-lis, malmequeres), vegetalistas (frutos, cachos de uvas, bolotas, pinhas, espigas, folhas, heras, silvas), animais (principalmente as aves pombos e pássaros), figurativos, elementos de heráldica como armas reais ou "coroas de reis", armas das famílias nobres, cruz, estrelas, iniciais do nome do proprietário, datas,



13. *Empeirar* a teia nos liços (Penafiel, junho de 2010).



14. Tecedeira a executar os pontos designados por tapulhos (Penafiel, junho de 2009).



15. Exemplo da textura – *aparanchado cordão olhos de sapo* (1.º e 3.º) *cordão encadeado* (2.º).

corações, entre outros. Uma textura muito frequente, principalmente em colchas, é a dos tapulhos ou puxados a que, posteriormente à saída da peça do tear, a tecedeira irá aparar com uma tesoura as extremidades, resultando numa textura felpuda com muito relevo ou um relevo aveludado (Medeiros e Lopes, 2000, p. 66).

Já os aparanchados ou emparanchados recorrem a uma distribuição nos liços diferente e adequada aos pontos ou texturas que se pretendem elaborar.

As tecedeiras sabem de memória os vários tipos de aparanchado, informação muitas vezes passados de

geração em geração, de mãe para filha, ou então fruto da experiência da tecedeira, que com a sua prática vai idealizando as texturas e depois experimenta pô-las em prática no tear.

A estas várias texturas, que são forçosamente abstratas, as tecedeiras atribuem designações procuradas na sua realidade vivida, sugeridas pelo padrão como é o caso, por exemplo, da fita de olhos, olhos de rola, cordões, bico de agulha, etc.

A execução destas texturas varia conforme o tipo de empeiramento efetuado na altura em que a tecedeira

está a carregar a teia no tear, mas de cada tipo de empeiramento poderão resultar várias texturas, apenas de acordo com a alternância das peanhas premidas pelo pé da tecedeira. A trama também pode passar por intervalos diferentes entre os fios da urdidura, dando realce à textura e aumentando as possibilidades. A repetição da mesma sequência de pedais, e conseqüentemente da mesma ordem de passagem da trama sobre o mesmo grupo de fios da urdidura, permite a criação de texturas e padrões geométricos variados e simétricos.

Os desenhos das texturas são variadíssimos, regidos pela lei da simetria e da repetição (González-Hontoria e Timón Tiemplo, 1983, p. 83), com várias mãos ou seja, ao empeirar poder-se-á remeter a mesma sequência de fios durante um pretendido número de mãos e de seguida uma sequência de fios diferente e assim sucessivamente, permitindo durante a tecelagem uma textura diferente ao longo do empeiramento, na origem dos quadros.

As atividades e os ofícios relacionados com o linho têm um caráter identitário para as gentes de Penafiel, que não se deve deixar perder. A recuperação dos ofícios tradicionais é extremamente importante para impedir o esquecimento do *saber fazer* tradicional nela implícita. A valorização e preservação do património cultural material, imaterial e da memória representativa do mundo rural, com um forte caráter de identidade, em nossa opinião, pode e deve ser explorado por diversas instituições, passando pelos museus e associações de desenvolvimento cultural, com a finalidade de manter a originalidade, numa perspetiva de diversificar as atividades rurais e valorizar os recursos através de incentivos à produção do artesanato, passando pela certificação com critérios rigorosos dos trabalhos em linho, estopa e tomentos, como vem acontecendo com outros produtos de forte identidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, C. A. F. de (1988) – Importância do regadio no Entre-Douro-e-Minho nos séculos XII e XIII. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, vol. 2.
- ALVES, J. F. (2002) – O Trabalho do Linho In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.) – *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave.
- ALVES, J. F. (2002) – Para que servem os meus olhos? Notas sobre o trabalho feminino na indústria têxtil de Guimarães. In *Fórum* (Universidade do Minho), 32.
- AMPNF (1741-1746) – A 4 Livro de registo dos acórdãos e mais coisas pertencentes à Câmara.
- AMPNF – A 17 Livro de Regimento dos atos da Câmara.
- AURORA, C. de (1935) – *A vida do Linho*, Porto: Litografia Nacional.
- CORDEIRO, J. M. L. (2008) – *A Indústria do Linho na Bacia do Ave. A Empresa Fabril do Norte e a Central de Maceração da Trofa* (1943-1979), Vila Nova de Famalicão: Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Vale do Ave, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- CRUZ, A. (1943) – *Os Mesteres do Porto – Subsídios para a História das Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos*, Secretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, Porto.
- Empresa Fabril do Norte (1951) – *Cultura do Linho: resultados técnicos campanhas de 1950*, Porto: Empresa Fabril do Norte, Graf. de “O Primeiro de Janeiro”.
- GONZÁLEZ-HONTORIA, G. e TIMÓN TIEMPLO, M.ª P. (1983) – *Telares Manuales en España*, Madrid: Editorial Nacional.
- GRAÇA, L. Q. (1943) – *O Linho em Portugal, Subsídios para o fomento da sua cultura*. Lisboa: Ministério da Economia.
- LANGHANS, F. (1943) – *As Corporações de Ofícios Mecânicos Subsídios para a sua História*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa.
- MARTINS, F. (1950) – *Cultura do linho: conselhos aos lavradores*, Porto: ed. da Empresa Fabril do Norte, Lda., Tip. O Primeiro de Janeiro.
- MEDEIROS, C. L. e LOPES F. (2000) – *Tecelagem Tradicional Motivos e Padrões*, Livros e Leituras, Lisboa.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1891) – *Inquérito Industrial de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- OLIVEIRA, E. V. de e GALHANO, F. (1978) – *Tecnologia tradicional Portuguesa: O Linho*, Lisboa: INIC, Centro de Estudos de Etnologia, 2.ª ed.
- OLIVEIRA, E. V. de; GALHANO, F. e PEREIRA, B. (1983) – *Alfaia Agrícola Portuguesa*, Lisboa: INIC, Centro de Estudos de Etnologia, 2.ª ed.
- PINTO, J. M. (2008) – *Relatório Geral de Enquadramento Estruturas e dinâmicas demográficas, económicas e sociais do Vale do Sousa e do concelho de Penafiel* (1950-2006), Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones* (1888) – Academia das Ciências de Lisboa.
- Relatório apresentado ao Excº Snr Governador Civil do Distrito do Porto pela Sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes. Porto, 1881.
- Relatórios anuais Empresa Fabril do Norte, campanha entre 1944 e 1973.
- SOEIRO, T. (2002) – El Lino en Penafiel, Norte de Portugal. De la producción doméstica para el mercado a la desilusión industrial, In *Actes de les V Jornades d'Arqueologia Industrial de Catalunya*, Barcelona.
- SOEIRO, T. (1993) – *O Progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910*, Porto.
- SOEIRO, T. (2003-2004) – *Pauzeiros, tamanqueiros, sapateiros e ofícios correlativos*, Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, (Cadernos do Museu 8-9).
- SOEIRO, T. (1994) – *Penafiel*, Lisboa: Editorial Presença. (Cidades e Vilas de Portugal; 17).